



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003501-08.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Anizio Zago**
 Requerida: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

ANIZIO ZAGO move ação em face de **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, dizendo que é titular da linha telefônica 16-3367-7140, instalada em sua residência na área rural há mais de 10 anos. Em 23.9.13, a ré, por iniciativa própria, encaminhou seu funcionário à residência do autor para efetuar a troca de tecnologia da referida linha. Foi informado também de que, apesar dessa troca, continuaria a usar o mesmo número de identificação do telefone. Depois de 20 dias, o número desse terminal foi indevidamente alterado para 16-3366-3690, e que nunca mais funcionou. Faz 7 meses da troca da tecnologia e dede então encontra-se privado da utilização do serviços de telefonia. Tentou solucionar os problemas decorrentes desses empecos, de balde. Todo esse imbróglio causou danos morais ao autor. Pede a procedência da ação para compelir a ré a lhe restabelecer a linha telefônica antiga e sua funcionalidade, bem como a lhe pagar indenização a título de danos morais. Pede a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para que a ré seja compelida a lhe restituir e manter a funcionalidade do telefone antigo, sob pena de multa diária. A ré também deverá ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios e custas do processo.

Foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. A ré foi citada e contestou dizendo que a tecnologia FWT é um sistema novo, suscetível a interferências e problemas pontuais que vêm sendo resolvidos rapidamente. O autor encontra-se sem o serviço de telefonia por apresentar débitos pendentes. A ANATEL determinou a extinção da concessão dos recursos utilizados para a prestação do serviço WLL. A inicial ressent-se da inépcia por ausência de causa de pedir. Não há que se falar em caracterização dos danos morais. Improcede a ação.

Réplica às fls. 124/129. Debalde a tentativa de conciliação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é documental e consta dos autos. Desnecessária a produção da prova pericial indicada no termo de audiência.

A inicial não se ressent de inépcia alguma. Com efeito, o pedido inicial está suficientemente estruturado e obedeceu inclusive ao disposto no inciso III, do art. 282, do CPC. Não há necessidade do postulante indicar o valor que pretende a título de indenização por danos morais, já que o arbitramento é tarefa reservada ao juiz em face das peculiaridades do caso.

A ré informou que foi compelida pela ANATEL, por força da Resolução 453/06, a extinguir a concessão dos recursos utilizados para a prestação do serviço WLL, motivo pelo qual tem trocado, sistematicamente, as linhas desse sistema para o FWT, que é uma nova tecnologia de Telefonia Fixa sem fio, que dispensa o cliente de instalar poste e fiação interna em sua residência. A comunicação de uma linha telefônica FWT é efetuada por meio da Rede de Telefonia Móvel, com a utilização de um aparelho específico com chip, fornecido em comodato: fls. 46/47.

A ré informou no antepenúltimo e penúltimo parágrafos de fl. 46 que: "o FWT é um serviço de sinal parcialmente via rádio, sendo que ainda que haja o sinal existem diversas situações que podem influenciar no recebimento deste sinal, assim como o sinal de telefonia celular pode ser afetado. Portanto, é evidente que existem diversas situações alheias à vontade do autor que podem interferir no sinal conforme elucidado, o que, diga-se de passagem, não diz respeito ao caso do autor, pois o mesmo encontra-se sem o serviço prestado pela ora ré, por apresentar prestações em aberto, conforme já demonstrado diante de consulta ao sistema da requerida".

O autor exibiu a declaração fornecida pela Vivo S/A, constante de fl. 129, onde reconhece que o autor quitou regularmente suas obrigações de consumo telefônico no exercício de 2013. Essa declaração foi expedida em obediência à Lei 12.007/09. Portanto, o autor não está com pendência alguma em favor da ré. Esta usou ardilosamente desse argumento para tentar explicar a ineficiência do sistema FWT instalado na residência rural do autor. A ré não trouxe elementos objetivos e técnicos capazes de demonstrar a funcionalidade e eficácia desse sistema instalado compulsoriamente no prédio rural do autor.

Aliás, é fato concreto que o autor desde 23.9.2013, não mais teve como utilizar seu terminal telefônico, pois desde então emudeceu. Esse silêncio e ineficiência emergiram desde a troca do sistema WLL para a tecnologia FWT. Até agora a ré não foi capaz de resolver esse grave empeco. A ré admitiu no 4º parágrafo de fl. 46 que a tecnologia FWT é um serviço que pode sofrer influência no recebimento do sinal via rádio e que interfere no funcionamento do telefone.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A ré confessou no 1º parágrafo da letra B de fl. 45 o seguinte: "... Com relação à nova tecnologia, por se tratar justamente de sistema novo, este ainda está suscetível a interferências e problemas pontuais que vêm sendo resolvidos rapidamente por esta requerida". Ora, a própria ré confirmou que a tecnologia FWT, que substituiu a WLL, está sofrendo interferências que têm causado problemas pontuais. Embora tenha dito que esses problemas têm sido resolvidos rapidamente, essa solução não foi dada até aqui para a situação do autor.

Ora, a ré substituiu o número originário do telefone do autor, 16-3367-7140, por ele usado há mais de 10 anos, embora sua promessa de que a tecnologia FWT não implicaria nessa mudança. A ré não apresentou nenhuma justificativa da necessidade técnica para essa mudança, por isso terá que restituir ao autor a utilização do número originário da linha que é 16-3367-7140.

Por força do disposto no art. 22, do CDC, a ré terá que adotar providências técnicas de modo a tornar os serviços de comunicação telefônica, em favor do autor, adequados, eficientes e contínuos. Se a tecnologia FWT é superior ao sistema WLL, a ré não terá problema técnico algum para resolver essa questão. Em ambas as situações, a ré terá 15 dias para o cumprimento, sob pena de multa diária, para cada uma dessas situações, no importe de R\$100,00, sendo que o valor global da multa diária por inadimplemento não poderá ultrapassar R\$20.000,00, sem prejuízo deste juízo adotar providência equivalente prevista na parte final do art. 461, caput, do CPC.

Sem dúvida que o autor sofreu severos danos morais decorrentes dessa contínua indiferença e omissão da ré, tanto que o autor, durante 1 ano (desde setembro/13) não está tendo como usar a linha telefônica, por falta de funcionalidade e eficiência dos serviços prestados pela ré. Para agravar esse histórico omissivo a ré ainda criou, quando contestou, a versão de que o serviço telefônico foi interrompido pelo fato do autor ter pendências a solver em favor da ré, contrariando a própria declaração de fl. 129. Aplica-se pois o parágrafo único, do art. 22, do CDC. Caracterizou-se o dano moral causado ao autor. Este reside e vive da pequena propriedade rural e depende do telefone, para se comunicar, bem essencial que é segundo o disposto no art. 22, caput, acima referido.

Pelas peculiaridades do caso, arbitro a indenização devida pela ré ao autor, a título de danos morais, em R\$20.000,00, suficiente para compensar aqueles fortíssimos dissabores experimentados pelo autor e ao mesmo tempo para desestimular a ré a não reincidir nessa conduta. Referido valor mostra-se compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

JULGO PROCEDENTE a ação para: **a)** compelir a ré a, em 15 dias, restabelecer ao autor a linha telefônica nº 16-3367-7140, em substituição à de nº 16-3366-3690 e assegurar funcionalidade àquela linha, cujos serviços deverão ser adequados,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

eficientes e contínuos. Para o descumprimento diário dessas obrigações, a ré se sujeitará à multa de R\$100,00 por dia até o limite máximo de R\$20.000,00, sem prejuízo deste juízo adotar prestação equivalente nos termos do art. 461, caput, do CPC; **b)** condenar a ré a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, R\$20.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês, contados da citação, 15% de honorários advocatícios sobre o valor desta condenação e custas do processo.

Esta sentença servirá como carta AR de intimação da ré para cumprir o disposto na letra "a" deste comando da sentença, intimação essa a ser providenciada imediatamente.

P. R. I.

São Carlos, 02 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**